

Relatório Executivo da Reunião do Colegiado Setorial de Culturas Populares

Data: 19 e 20.06.2013

Local: 12º andar Edifício Parque Cidade, Brasília-DF

Principais pontos abordados:

Temas/Encaminhamentos:

- 1) Abertura e falas;
- 2) Apresentação e aprovação da pauta:
 - Recomendação da Rede Nacional de Culturas Populares e Tradicionais sobre o Prêmio Culturas Populares 2009;
 - Revisão do Plano Setorial de Culturas Populares;
 - Lei Cultura Viva e Lei dos Mestres/Griô;
 - Nova composição do Colegiado;
 - Apresentação da proposta orçamentária para as culturas populares 2014;
 - Encontro de Culturas Populares e Tradicionais;
 - Criação de Grupo de Trabalho de Culturas Populares e Tradicionais no Plenário do CNPC;
 - Informes.

1. Papel do Colegiado:

- Revisão do Plano de Setorial/Temas/Encaminhamentos:
- Criação das instancias de revisão do Plano nos colegiados setoriais.
 - Ampliação dos participantes do e-group do colegiado e criação de grupo no Facebook. Ponto focal : Guilherme Ramalho.
- Com base no regimento, indicar para a Ministra mais 03 representantes para integrar o colegiado considerando os estados, exemplo:MG, MA, BA.
- Papel dos membros dos colegiados e a importância da articulação e participação na mobilização e na ação estadual e local, solicitação de registro junto as Regionais do MinC e Secretarias de Cultura.
- Representação do Colegiado na Comissão Organizadora da CNC III
 - Graziela de Castro Saraiva
 - Marcelo Manzati
- Pautas serão construídas de forma compartilhada com os membros do colegiado antes das reuniões (SCDC e SAI)
- Revisão da participação do governo no colegiado, reduzindo as duas cadeiras do IPHAN para uma e substituindo a cadeira do CNPC, ampliando para os outros ministérios. (CNFCP titular e DPI/IPHAN suplente) duas cadeiras abertas, fazer a indicação da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais /CNPCT. Consultar Ministério do trabalho, ou Cidades , verificar (SCDC).

2. Orçamento:

- Proposta de adoção do orçamento participativo como metodologia de colaboração das políticas.
- Apresentação do orçamento 2014 (SCDC etapa posterior)

3. Estados e Municípios:

- Incentivo para maior comprometimento dos municípios e estados, em especial PE, para adesão ao SNC
- Identificar e dar visibilidade as Leis municipais e estaduais de Mestres e debater a Lei Nacional e implementar as diretrizes já indicadas.
 - Ponto focal : Instancia Técnica de revisão do Plano Setorial
- Fomento ao Estado e Município para ações aos Mestres
- Identificação do Mestre no cadastro Brasileiro de ocupações – SPC/SEC
- Como envolver o município na adesão à política da Cidadania e Diversidade em diálogo com consórcios e federações municipais

4. Agenda: Fortalecer as Conferencias livres

- Encontro de Culturas Populares e Tradicionais em SP/Conferencia Livre, com a participação de 06 Colegiados: culturas populares, culturas afro-brasileiras, circo, patrimônio imaterial, artesanato e culturas dos povos indígenas, com reunião ordinária. 01 a 06 de outubro.
 - Pedir agenda da Ministra com a Rede de Culturas Populares e Tradicionais
 - Estabelecer estratégia de mobilização de instancias e secretarias de cultura para fomentar a participação de redes locais e pontos de cultura
- 16º Congresso Nacional de Folclore
- Participação nas de conferencias de cultura, teia etc.
- Incentivo de participação dos mestres nas conferencias e na III CNC – novembro 2013
- TEI da Diversidade maio de 2014, Natal RN

5. Premio de Culturas Populares

- Edição 2013 prorrogada até 05 de agosto
- Mobilização para inscrição dos mestres

6. Definição das instancias de revisão do Plano

- **Instancia de Consulta e Mobilização**
- Heidi Bublitz Schubert, Waldo Mafrá Carneiro Monteiro, Aelson Ferreira da Hora, Guilherme Ramalho Manhães, Gilberto Rodrigues Carneiro
- **Instancia Técnica**
- Anderson Formiga de Barros Lira, Henrique Pereira Rocha, Marcelo Manzatti, Gilberto Augusto da Silva, Decleoma Lobato Pereira

Outros temas de interesse:

- Mais Cultura nas Escolas- Relação dos pontos de Cultura, Escola Viva e Ação Griô
- Problemas com matéria-prima (extrativismo, uso de animais para instrumentos, e outros)

- Salvaguarda – Mapeamento dos registros em risco ,ex: artesanato do Guaraná
- Verificar a nomenclatura do SNIIC no campo cultura popular e empreender parceria com o CNFCP/IPHAN , SCDC e SPC no campo dos descritores.
- Efetivar parcerias para comunicação TV e Rádios e via internet.
- Envio regular de informes ao colegiado
- Diagnóstico e Inventário – Mapa Cultural; Cartografia dos Estados, Rede de Centros Cultura Popular.
- Ação indicativa às Representações Regionais do Ministério da Cultura no sentido de inserção dos membros do Colegiado nas ações da regional em seu território de responsabilidade.

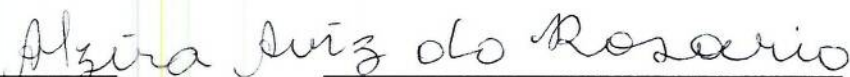
Foram aprovados também, na reunião a Recomendação à Ministra Marta Suplicy e a Recomendação ao Plenário do CNPC e a Resposta da SCDC à Recomendação da Rede das Culturas Populares e Tradicionais que seguem em anexo.

Registro que o presente Resumo Executivo foi elaborado por mim Márcia Rollemberg , composto de 03 paginas numeradas, rubricadas e devidamente assinadas .

Brasília, 20 de junho de 2013.



Aelson Ferreira da Hora

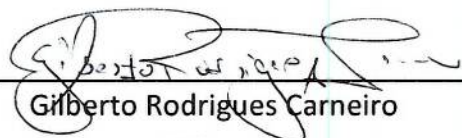


Alzira Aviz do Rosário

Cristiane Pereira dos Santos



Decleoma Lobato Pereira

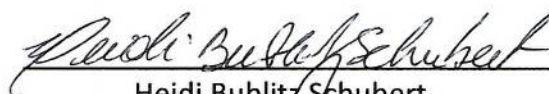


Gilberto Rodrigues Carneiro



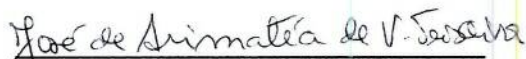
Graziela de Castro Saraiva

Guilherme Ramalho Manhães



Heidi Bublitz Schubert

José de Arimatéa de V. Teixeira

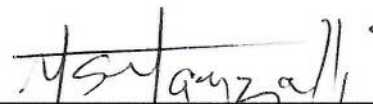



José Ronaldo de Menezes

Kênia Batista



Marcelo Simon Manzatti



Márcia Rollemberg



Ruth Hatchwell Monteiro

Waldo Mafra Carneiro Monteiro

Gratuito

Resposta da Secretaria de Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura à recomendação da Rede das Culturas Populares e Tradicionais ao MinC sobre o Prêmio Culturas Populares 2009 – Mestra Dona Isabel

A Secretaria de Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, provocada pela Rede das Culturas Populares e Tradicionais e pelo Colegiado Setorial de Culturas Populares do Conselho Nacional de Política Cultural sobre o processo de conclusão do Prêmio Culturas Populares 2009, em reunião realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2013, decidiu:

1. Que será realizado um trabalho muito maior e mais estruturado de comunicação direta com os 200 Prêmios. A Secretaria reconhece que as formas de comunicação utilizadas até o momento, somadas à complexidade jurídica dos problemas descritos nelas, não foram eficazes. Serão feitas comunicações orais, de preferência, ou pessoalmente, pelo pela SCDC-MinC ou pelas Representações Regionais. As administrações de cultura estaduais e municipais onde residem os contemplados também deverão ser acionadas e mobilizadas neste esforço;
2. Os 200 contemplados em 2009 não terão nenhuma restrição à participação e contemplação na edição atual do Prêmio. Serão divulgados os nomes e endereços dos responsáveis para que a Rede e o Colegiado possam acionar seus membros mais próximos a fim de apoiá-los no trabalho dessa nova inscrição;
3. Será constituído um Grupo de Trabalho para pensar um processo de avaliação sobre os resultados do Prêmio enquanto política pública, a exemplo de outros estudos encomendados pelo MinC, com vistas à melhoria de sua aplicação nos próximos editais;
4. A Rede e o Colegiado se comprometem a mobilizar as bases do setor para ampliar o número de inscritos e garantir um alcance maior. Para ajudar essa mobilização, o período de inscrição do Prêmio será estendido por mais 30 dias, até o dia 05 de agosto;
5. A Secretaria apoiará o pedido de audiência da Redecom a Ministra Marta Suplicy.

Brasília, 20 de junho de 2013

Recomendação do Colegiado Setorial de Culturas Populares à Sra. Ministra da Cultura

Exma. Sra. Marta Suplicy,

As culturas populares e tradicionais são caras à maioria da população e concentram grande parte das expressões da diversidade cultural brasileira. A abrangência geográfica de sua ocorrência, o enorme contingente populacional que mobiliza e a relativa debilidade institucional do setor são desafios que devem ser superados no campo das políticas públicas de cultura. Nesse sentido, desde a criação do Colegiado Setorial de Culturas Populares, no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural, em 2009, foi difícil encontrar uma fórmula que abrigasse, no limite da representação previsto no regimento do CNPC (30 membros da sociedade civil –sendo 15 titulares e 15 suplentes), a pluralidade de vozes regionais, os aspectos de gênero, as diferentes tradições e o amplo espectro de atores, tradicionais ou não, que compõem esse campo.

O processo de escolha dos novos membros do Colegiado, concluído no Fórum Nacional Setorial, em dezembro de 2012, proposto pelo MinC, foi avaliado de forma muito incisiva pelos que participaram e pelos muitos que não puderam participar, como inadequado, difícil e pouco adaptado à realidade do nosso segmento, assim como ao de outros (Circo, Artesanato, Culturas dos Povos Indígenas, Patrimônio Imaterial e Culturas Afro-Brasileiras). Desta forma, os problemas enfrentados no primeiro mandato foram acentuados, agora, fazendo com que a representatividade dos eleitos fosse comprometida. Muitos erros operacionais também prejudicaram diretamente pessoas que não tiveram suas passagens emitidas a tempo ou suas inscrições invalidadas pelo sistema. Estados estratégicos e representativos para as culturas populares e tradicionais como Bahia, Maranhão e Minas Gerais, para citar apenas alguns exemplos, ficaram sem representação. Do mesmo modo, tradições expressivas, muitas delas registradas como patrimônio cultural brasileiro e mundial, como o Samba de Roda, o Fandango e o Tambor de Criola, dentre outras, também não têm representantes que possam defender suas perspectivas e enriquecer o processo político do CNPC.

Neste sentido, vimos recomendar a aplicação do dispositivo previsto no parágrafo 4 do art. 4º do Regimento do Colegiado Setorial de Culturas Populares, que diz: “Para dirimir eventuais conflitos de interesses, o Ministro de Estado da Cultura poderá indicar até 3 (três) membros de reconhecida atuação no setor atinente.” Neste sentido, também, encaminhamos para vossa apreciação, os nomes de Rosildo Moreira do Rosário (titular) –Bahia -, e Ivo Benfatto (suplente) – Rio Grande do Sul; Raimundo Muniz Carvalho (titular) e William Morais Corrêa (suplente)–Maranhão; Pereira da Viola (titular) e João Batista da Luz (suplente) - Minas Gerais, para serem conduzidos como membros titulares do Colegiado. A nosso ver, estes suprem, em grande medida, as carências assistidas hoje nessa instância.

Certos de contar com vossa aceitação, ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Colegiado Setorial de Culturas Populares

Brasília, 20 de junho de 2013

João de Animatã de Vasconcelos Ferreira

Nguzanzali

Gelebrus Sebato Perun

Fraziela de O. Saraiva

Ruth Spatchwell Monteiro.

Waldo Uru C. Monteiro.

João Raulo de Moraes

Alzira Aug do Resário

Adson Ferreira da Hora ~~de Paula~~

~~Gilberto Rodrigues Pereira~~

Gilberto Augusto da Silva - ~~João~~

Guilherme Ramalho Manhães - ~~Guilherme~~

Fraziela de O. Saraiva

Rudi Oubi Schubert

Recomendação do Colegiado Setorial de Culturas Populares ao Plenário do CNPC

Prezados(as) membros do Plenário do CNPC,

Nos últimos dez anos, assistimos inúmeras iniciativas governamentais que tentaram, por diferentes métodos e estratégias, alterar o quadro de exclusão das expressões culturais populares e dos povos e comunidades tradicionais das políticas públicas de cultura. O Brasil Quilombola, o Programa Cultura Viva, os prêmios para Culturas Indígenas, Ciganos e mestres das Culturas Populares, dentre muitas outras, tiveram o mérito de reconhecer a importância deste universo simbólico, reservatório de grande parte de nossa diversidade, e alça-las a outro patamar de importância para a construção de nossa identidade. Ao mesmo tempo, alguns marcos legais importantes foram estabelecidos, embora careçam de efetividade na sua implementação, como o Estatuto da Igualdade Racial; as Leis 10.639 e 11.645, que preconizam o ensino da cultura afro e indígena nas escolas; a Lei de Cotas, dentre outros exemplos.

Devido à abrangência geográfica; à fragilidade institucional das comunidades e grupos representativos do setor e à complexidade das questões sociais, políticas e econômicas associadas a este campo, a inclusão desses setores se deu de forma apenas incipiente e, muitas vezes, os problemas superaram as soluções. Um dos principais problemas dessas iniciativas foi a fragmentação e a ausência de coordenação entre elas, para que as questões de escala fossem supridas.

Com a criação inicial, no âmbito do CNPC, dos colegiados setoriais de Circo, Culturas Populares e Indígenas e, depois, de Culturas Afro-Brasileiras, Patrimônio Imaterial e Artesanato, abriu-se a possibilidade das vozes que representam as expressões culturais populares e tradicionais serem mais ouvidas. Além dos representantes desses colegiados, outros setoriais se fazem representar por artistas e agentes culturais que são oriundos desses segmentos, como música, inclusão social por meio da cultura, etc.

Neste sentido, vimos recomendar a criação de um Grupo de Trabalho permanente, que reúna os membros citados acima, dentre outros, para que se inicie um processo de maior articulação das ações, programas e projetos no âmbito do Ministério da Cultura e que possa, também, articular as ações do MinC com outras iniciativas de pastas afins.

Atenciosamente,

Gilberto Augusto da Silva

Colegiado Setorial de Culturas Populares

Lea Ruy de Menezes
João de Brito de Vasconcelos
Deleone Sabato Ruy

Alison Feneira da Hora
Alzira Ruiz do Rosario
André Schubert

Alfanzati

Froziela de S. Saraiva
Ruth Hatchwell Monturo
Walter C. Mendonça

Brasília, 20 de junho de 2013

